

OFICIO Nº 07/2022
A.DIRECÇÃO/Lisboa, 28-03-2022

Exmos. Senhores,

Assunto: **NOTA DE IMPRENSA: NOMEAÇÃO DO MINISTRO DA CULTURA NO ÂMBITO DO XXIII GOVERNO CONSTITUCIONAL**

No âmbito da nomeação de Pedro Adão e Silva para Ministro da Cultura, cargo anteriormente ocupado por Graça Fonseca, o STARQ (Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia) aguarda a definição das orientações políticas que serão executadas para o setor do Património Cultural e da Arqueologia neste novo ciclo.

Ficou claro no decorrer da legislatura do anterior governo a falha, recorrente, do cumprimento do código legal relativo ao Património Arqueológico, e que este não foi devidamente valorizado, pautando-se pela ausência de uma estratégia clara para a sua proteção, salvaguarda e divulgação. Em consequência dessa política, a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e as Direções Regionais de Cultura encontram sérias dificuldades em exercer o seu papel de tutela (e garante) de salvaguarda do património arqueológico, já que estas instituições apresentam graves carências de trabalhadores nos seus quadros, de meios adequados (por exemplo, de transporte) e de uma operacionalização fluída com todos os intervenientes, necessário para o cumprimento da sua missão. Os resultados destas políticas repercutem-se na inexistência de uma fiscalização eficaz, na desorganização dos serviços, na ação errática da tutela e, até, na destruição de bens arqueológicos, que se têm sucedido ao longo dos anos.

Realçamos que mesmo as mudanças que resultaram das reivindicações do STARQ, conquistadas através da luta dos trabalhadores de Arqueologia, tiveram uma execução deficiente, como sucedeu, por exemplo, com a reativação do Plano Nacional de Trabalhos de Arqueológicos, previsto no Orçamento de Estado de 2021, que foi executado de forma confusa e sem transparência, na figura de um “apoio financeiro extraordinário”, ou a inauguração da sede do CNANS – Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática, que, apesar de novo, já não tem espaço para receber os vestígios encontrados nos últimos anos em todo país.

A solução encontrada pela anterior ministra para a falta de trabalhadores nos museus e na DGPC foi, nas suas palavras, a abertura de um concurso para bolsas de doutoramento,

promovendo, assim, a precariedade dos trabalhadores, sem resolver as necessidades estruturais das instituições. Ou seja, após anos de uma política que procurou a regularização de trabalhadores com vínculos precários na função pública, o governo volta a patrocinar a criação de novas situações laborais precárias nas instituições sob a sua alçada. Ficou ainda por realizar, na anterior legislatura, a necessária modernização dos serviços, a transição digital, pregada conspicuamente ao longo da última década, ficou por fazer: plataformas como o Portal do Arqueólogo não funcionam e continua-se a trabalhar através de documentos em papel. Tudo isto origina burocracia excessiva, tempos de resposta longos e erros desnecessários, e ainda, de certa forma, uma falha na política ecológica e da desmaterialização que o Governo tem vindo a defender publicamente.

Várias outras situações problemáticas foram criadas pelo anterior executivo, entre elas a passagem de monumentos e sítios arqueológicos para a gestão dos municípios sem a criação de condições e a dotação orçamental adequada para a sua conservação e divulgação, a ausência de ação perante graves denúncias de não cumprimento da legislação em vigor, de que é exemplo a empreitada para as dragagens na Ria de Aveiro/POLIS, ou a condução caótica, sem transparência e altamente lesiva do processo de valorização do património arqueológico do claustro da Sé de Lisboa, que desejamos serem alertas para os novos titulares da pasta da Cultura.

O STARQ espera, igualmente, que a sociedade civil não seja mais uma vez olvidada pelos novos decisores, na certeza de que o património arqueológico é um bem comum e constitucionalmente protegido.

Atentamente

Pela Direção